



## MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: Desafios para as Comunidades Quilombolas no Brasil

Âmbar, Ana Raquel de Oliveira<sup>1</sup>

Oliveira, Thirlany Santos de<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende trazer reflexões acerca dos movimentos sociais, seu desenvolvimento ao longo da história, e a importância para a sociedade. As inquietações surgiram em tempos de pandemia, com a preocupação de compreender os desafios enfrentados pelos movimentos sociais no enfrentamento dos limites impostos nesse contexto, principalmente o movimento social dos quilombolas. Isto porque, essas comunidades já lutavam diariamente contra diferentes violações de direitos e, neste momento de pandemia, a sua condição de invisibilidade foi agravada, aumentando as dificuldades para acessar as políticas públicas: saúde, moradia e renda. Através de pesquisas bibliográficas e do cotidiano profissional, foi possível notar que a pandemia gerou aflições para todos, porém, seria irresponsável afirmar que todos tiveram os mesmos obstáculos. Os membros das comunidades quilombolas como toda a população, precisaram adequar o modo de vida para evitar a contaminação pelo vírus, porém, somado a isso, enfrentaram diferentes conflitos para que fosse garantido o direito a vacinação, conforme havia sido estipulado no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Assim, esse artigo buscou dar visibilidade a condição de desigualdade social vivida pelos quilombolas, que foi agravada pela pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais; Desigualdade Social; Pandemia.

### 1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social é uma marca do nosso país, e essa situação se agravou nos últimos anos pela falta de investimento em políticas públicas e a proposta de redução da atuação do Estado com a crescente precarização e

---

<sup>1</sup>Assistente Social formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC. Tecnóloga em Segurança Pública pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. Pós-graduação em Terceiro Setor pelo Centro Universitário Newton Paiva. Pós-graduação em Instrumentalidade e Técnicas - Operativas do Serviço Social pela Faculdades Integradas do Brasil - Unifuturo. Mestrada pela Universidade Europeia do Atlântico – Uneatlântico. E-mail: [arofreire@gmail.com](mailto:arofreire@gmail.com)

<sup>2</sup>Assistente Social formada pela Universidade Nilton Lins. Pós-graduação em Instrumentalidade e Técnicas - Operativas do Serviço Social pela Faculdades Integradas do Brasil – Unifuturo. E-mail: [thirlany.oliveira.20161396@unifuturo.edu.br](mailto:thirlany.oliveira.20161396@unifuturo.edu.br)

privatização dos serviços em diferentes áreas: educação, saúde, moradia, terra, entre outros.

Nesse sentido, as lutas pelos direitos humanos e as mobilizações coletivas são importantes meios de reivindicação de direitos, uma vez que proporcionam a ampliação da consciência popular da obrigação do Estado de garantir condições dignas de vida à população.

No início do ano de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarou um surto do novo coronavírus.

O caos instaurado no sistema de saúde pública do Brasil durante a pandemia deixou em evidência as mazelas que a população brasileira já sofria para acessar o serviço. Juliana Salles, infectologista, diretora do Sindicato dos Médicos de São Paulo e da Central única dos Trabalhadores CUT/SP, em uma live realizada para o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Sintrajufe/RS), afirmou que a responsabilidade do caos visto no atendimento a saúde pública é consequência da falta de investimento no setor. A profissional disse ainda que “temos muito a lutar neste momento, pelo SUS público e vacina para todos e todas”.

Nesse cenário, que expôs a relevância das lutas para a garantia de direitos, a atuação dos movimentos sociais mostrou-se imprescindível. Contudo, os protocolos sanitários, impostos pelas Secretarias de saúde e Organização Mundial de Saúde, para evitar a propagação do vírus, como, por exemplo, o isolamento social, identificado como o mais recomendado e eficaz, trouxe novos desafios para os movimentos sociais, já que limitou o contato das pessoas, interferindo, assim, na realização de ações de mobilização, planejamento e execução das ações no país.

Considerando essa conjuntura política, social e econômica, esse artigo buscou identificar quais foram os desafios enfrentados pelos movimentos sociais, em especial as comunidades quilombolas, em um contexto de limitações, ainda mais graves que as já vivenciadas por eles cotidianamente.

## **2. MOVIMENTOS SOCIAIS: DO SURGIMENTO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Ao longo da história, é nítido que alguns autores não conseguem definir ou conceituar o que são “movimentos sociais”, há quem diga que o termo “movimento social” surgiu com a reivindicação dos operários no século XIX, na Europa.

Compreender os movimentos sociais implica em dois desafios, conforme descrito por Gohn em seu livro Teoria dos Movimentos Sociais (2007): primeiro o conceito de movimento social, já que não tiveram muitos autores que apresentaram

uma definição e conceituação do que entendem de movimentos sociais e, o segundo, as teorias, que são muitas, e cada uma tem uma compreensão do que são os movimentos sociais e a que tipo de manifestação social se refere.

Na mesma linha, no texto “Um Objetivo para os Movimentos Sociais”, Mellucci (1989) citou Tarrow que dizia sobre a dificuldade de definir um conceito para os movimentos sociais e que as diferentes abordagens dificultam as comparações, já que os autores buscam analisar aspectos específicos que observam nos fenômenos coletivos, mas cada um dá destaque a elementos diferentes.

Sem desconsiderar os desafios expostos por Gohn e Melluci, partimos para o artigo de Ângela Alonso (2009) sobre a teoria dos movimentos sociais, a autora realiza uma retomada das três principais teorias dos movimentos a partir dos anos 70 e as adequações que foram acontecendo no decorrer dos anos até chegar ao século XXI, quando, conforme explicou o novo contexto mundial, em que temas de mobilização coletiva passam a ter um caráter global, fazem com que as três teorias que embasam o estudo precisam ser reelaboradas.

Entre os anos de 1930 e 1960, as teorias da revolução, que tinham Marx como maior ideólogo, e eram preponderantes quando se tratava da necessidade de organização da comunidade em uma consciência de classe para alcançar uma transformação social, começaram a esfriar.

Diante disso, alguns autores, entre eles Riesman e Adorno, seguiram suas análises para as teorias da desmobilização política, em que a base das ações tornou-se a cultura, fazendo uma relação entre as estruturas da sociedade com a da personalidade. O entendimento deles era que a sociedade moderna, marcada pelo individualismo, produzia pessoas voltadas para a auto satisfação, sem uma implicação política. Desse modo, as manifestações coletivas tornaram-se apenas um reflexo irracional, consequência das frustrações individuais.

Nos anos de 1960, a tese da desmobilização foi colocada em cheque, quando as mobilizações de massa voltaram à cena. Inicialmente pensou-se que era o retorno do movimento operário, porém, diferente da pretensão da mudança da estrutura social, os movimentos que surgiram tinham temáticas voltadas para a garantia dos direitos civis, questões de gênero e estilo de vida.

As teorias dos movimentos sociais se constituíram diante de um quadro bastante distinto, o do Ocidente dos anos 1960, quando o próprio termo “movimentos sociais” foi cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas (“faça amor, não faça guerra”), desinteressadas do poder do Estado. ALONSO, 2009, p.49.

Em 1970, três famílias de teorias dos movimentos sociais apresentaram-se: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e

Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A Teoria de Mobilização de Recursos, segundo apresentado por Alonso, era descrita pelos autores McCarthy e Zald, como movimentos sociais que tinham sentido e organização. A decisão de agir vinha a partir de uma análise entre o custo e o benefício, sem deixar que o aspecto emocional intervisse nas decisões.

Gradualmente foram criadas normas, hierarquia interna e divisão do trabalho, fazendo com que os movimentos sociais assumissem uma estrutura similar a de uma empresa. Nessa lógica, vários movimentos sociais surgem em torno de uma mesma temática, havendo cooperação e, também, competição entre eles.

O formato utilizado pela TMR foi bastante criticado por adotar um formato de empresa nos movimentos sociais, priorizando um olhar racional e estratégico para as ações em detrimento da cultura, por isso não foi adotado de forma expressiva.

A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), por sua vez, surgiram em oposição às explicações anteriores, que eram baseadas nos conceitos marxistas que tinham a economia como centro das ações coletivas. As duas teorias associam motivações políticas e culturais, sendo que a TPP privilegia a política como a base dos movimentos sociais e a TNMS dá destaque para a mudança de cultura.

Dentre as três teorias que tratam sobre os movimentos sociais a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), foram a que melhor se aplicou a América Latina. Essa teoria, numa análise simplificada, remete os movimentos sociais para movimentos expressivos, simbólicos e identitários, contudo, quando os estudos foram projetados para a América Latina, foi preciso reconhecer que as demandas econômicas não poderiam ser desconsideradas. Assim, a TNMS considera que os movimentos sociais são “formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas.” ALONSO, 2019, para isso, pressupõem ações de mobilização social para mudanças na sociabilidade e na cultura.

Fazendo um recorte para o Brasil, os movimentos sociais foram, e é até os dias atuais uma forma de expressão de reivindicações e garantia de direitos que o Estado negligencia. Especificamente no Brasil, os movimentos sociais ganharam bastante força na década de 70 e 80, devido ao regime político daquele momento. Em seu trabalho, “Movimentos Sociais: Entre Aderências, Conflitos e Antagonismos”, Mutzenberg, apresenta momentos importantes sobre os passos percorridos pelos movimentos sociais, considerando suas particularidades e seus ajustes. É importante ressaltar que nas últimas décadas, o surgimento de grupos e movimentos, revelam várias formas para se organizar, de acordo com suas peculiaridades. Podendo ser

organizados por afinidades, por discursos de classe, gênero, etnia, raça, entre outros.

Os anos 70 e 80 são marcados por muitos movimentos populares, visto que nesse período, tínhamos uma conjuntura autoritária, e de muita censura. Ruth Cardoso (1996) destaca dois momentos que definem esse período: o da necessidade dos movimentos, nos 1970, e a institucionalização dos movimentos nos anos 1980. Também acontece à reorganização e adaptação dos movimentos tradicionais e novos, estimulando o sindicalismo na área urbana e rural.

No contexto autoritário e de luta pela redemocratização, a tônica dos estudos estava na afirmação do caráter espontâneo e autônomo dos movimentos sociais. Nesse momento, eles foram interpretados como protagonistas de uma ruptura com o sistema político tradicional, autoritário e clientelista. CARDOSO, 1996, p.82.

Telles, uma importante autora, traz reflexões importantes sobre a “chegada” do termo movimentos sociais, no Brasil. Meados dos anos 1978-1979, a autora refere-se ao termo “movimentos sociais urbanos”, o termo em destaque, apresenta-se como uma novidade naquele período, pois os moradores das periferias começam a se organizar de forma autônoma, buscando reivindicações “por formas de organizações articuladas, a partir de interesses imediatos, referentes às condições de vida e moradia e desvinculadas de instituições do Estado e partidas oficiais”.

Nos anos 1990, após a grande conquista da Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais buscam pleitear a implementação, e formalização das políticas sociais, para trabalhadores urbanos e rurais. Scherer-Warren, no seu livro “Redes de Movimentos Sociais”, menciona que existem três distintos grupos de agentes políticos, que após anos 80/90, buscaram articular com grupos populares e contribuir para a articulação entre organizações, no sentido da formação de um movimento mais abrangente.

Dentre os diferentes movimentos sociais no país, faremos um recorte para o movimento negro, que tem sua origem no Brasil durante o regime escravocrata que durou cerca de 300 anos no país, com início em torno de 1530. O movimento tinha o propósito de defender os negros escravizados das ações violentas e injustas cometidas pelos senhores, donos das terras. Na época, a atuação do movimento era precária e acontecia clandestinamente, sob o risco de retaliação desses senhores. .

O Quilombo dos Palmares foi o maior e mais conhecido quilombo do Brasil, construído na região em que hoje é o estado de Alagoas, chegou a ter mais de 20 mil habitantes, e teve dois grandes líderes Ganga Zumba e Zumbi, importantes personagens na história do movimento negro no Brasil, lutaram pela liberdade dos negros, mesmo o segundo não tendo sido escravo.

Nas décadas de 1860 e 1880 os movimentos abolicionistas da sociedade civil, que tinham como propósito o fim da escravidão, tiveram seu ápice. Apesar de não ser possível demarcar a data da fundação desses movimentos, o período citado foi o de maior expressão, com o desenvolvimento de campanhas jornalísticas, fundação de órgãos de imprensa ligados à questão abolicionista e criação de associações para arrecadar fundos para a emancipação dos escravos, uma luta da sociedade civil pela libertação dos escravos.

Assim, os movimentos abolicionistas que se deram por duas vias: as pressões exercidas pelos escravizados, com as constantes revoltas e fugas e as ações das pessoas livres, com o engajamento na luta pela abolição da escravatura, obrigando o Império a abolir o trabalho escravo em 13 de Maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea.

Após a abolição da escravatura, diferentes associações fundaram periódicos voltados aos negros com a intenção de debater a vida da população negra. Porém, esses periódicos tornaram-se meios de denúncia de atos praticados contra essa população, das dificuldades enfrentadas, das desigualdades e preconceitos vividos.

Após o Estado Novo, grupos reorganizam-se e formaram entidades importantes pelos direitos dos negros. Nas décadas de 1970 e 1980 aconteceram protestos e atos públicos para denunciar o racismo e chamar atenção da população e do governo para o tema. Um exemplo foi à manifestação no Teatro Municipal de São Paulo que resultou na formação do Movimento Negro Unificado (MNU).

Movimento Negro Unificado atuou durante os anos da ditadura e após ela, pautando temas direcionados ao fim da discriminação racial no Brasil e contribuiu para a formulação das demandas do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte, que deu origem a Constituição Cidadã.

Outra importante conquista dos movimentos negros no Brasil na década de 1980 foi à criação da Fundação Cultural Palmares, instituição pública fundada em 22 de Agosto de 1988, que vinha associada aos preceitos do novo ordenamento político e jurídico do país, a Constituição Federal de 1988, que trouxe em seus artigos 215 e 216:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Assim, em consonância com a lei suprema do Brasil, a Lei nº 7.668 de 22 de Agosto de 1988, descreve o que cabe à Fundação Cultural Palmares, conforme Art. 2º:

Art. 2º A Fundação Cultural Palmares - FCP poderá atuar, em todo o território nacional, diretamente ou mediante convênios ou contrato com Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas [...]

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares - FCP é também parte legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários. (Induído pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001) (BRASIL, 1988)

A história da Fundação Cultural Palmares é permeada por conquistas para o povo negro, como o Estatuto da Igualdade Racial e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do sistema de cotas nas universidades públicas. Contudo, o atual momento da instituição tem gerado inúmeras críticas do movimento negro, em especial ao presidente da Fundação, Sérgio Camargo.

Esse cenário de contradições, somado ao contexto atual de crise na saúde pública devido à pandemia do coronavírus, deixou explicitada a desigualdade estrutural existente no país. De acordo com boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, tem ocorrido o crescimento percentual de pretos e pardos entre as pessoas internadas e mortas pelo Covid-19. O crescimento da doença é preocupante nos quilombos, sendo registradas mais de 301 mortes e 5658 infectados, de acordo com o observatório da Covid-19 nos quilombos.

Considerando o contexto da pandemia, o Ministério da Saúde publicou em 16 de fevereiro de 2020 o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19, no intuito de instrumentalizar as instâncias gestoras na operacionalização da vacinação contra a Covid-19. O documento apresenta um tópico sobre os grupos com elevada vulnerabilidade social, que inclui as populações quilombolas. Nele consta que as doenças infecciosas tendem a espalhar-se com mais rapidez nos grupos e, devido ao modo de vida coletivo dessas populações, o controle de casos e vigilância torna-se um desafio logístico, de modo que, a vacinação é a forma adequada de enfrentar a disseminação do Covid-19, considerando a realidade e modo de vida dessas comunidades.

Em 2019, o IBGE divulgou 5.972 localidades quilombolas no Brasil. Das 5.972, são reconhecidos oficialmente 404, 2.308 nomeados de agrupamentos quilombolas, e 3.260 identificados como outras localidades quilombolas. A região nordeste concentra os maiores números de localidades quilombolas, 3.171, também sendo o maior território quilombola reconhecido. Em seguida, a região Sudeste, com

1.359. Entre os estados brasileiros, a Bahia tem o maior número de localidades quilombolas, são 1.046 no total, e o estado de Minas Gerais, com 1.021.

O Território Remanescente de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afrodescendente no Brasil, fruto das várias e heróicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica. CONAQ

Todos sofremos consequências do isolamento social, e de um governo negligente, omissivo e cruel. Mas será que o impacto da pandemia foi igual para todos?! A vulnerabilidade histórica que a comunidade quilombola vive no Brasil, assim como os indígenas, mulheres, comunidades das periferias, população lgbtqi+, população em situação de rua, foram duramente atingidos.

A população quilombola sofreu consequências drásticas, com a falta do “apoio” do Estado (e quando cito o Estado, não me refiro apenas ao governo federal) foram atingidos, com a falta do acesso à educação, insegurança alimentar, saúde (não havia uma subnotificação sobre o contágio do coronavírus dentro dos quilombos) e renda básica. Muitos quilombolas dependiam exclusivamente da agricultura familiar para sobreviver e a falta da titulação definitiva, facilita a entrada de grileiros, fazendeiros, como diria um ministro “passando a boiada na frente”.

Tabuleiro dos Negros, localizado em meio ao canavial das usinas Paísa e Marituba, na cidade de Penedo - Alagoas, interligado pela via estadual AL - 110, cidade do baixo São Francisco, serviu de refúgio de um grupo de negros escravizados que resistiram ao senhor do engenho, a comunidade resistente até os dias atuais, devido a sua localização, é um território de interesse dos grandes empresários. A comunidade foi oficialmente certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2007 e possui duas associações remanescentes de quilombolas.

Em algumas pesquisas e conversas informais com pessoas próximas à comunidade, foi questionado sobre a atuação dos governos com a comunidade no momento da pandemia. As respostas foram que, apesar da comunidade e os remanescentes quilombolas serem prioridade na vacinação, muitos tiveram medo, principalmente os mais velhos, com os efeitos da vacina e as divulgações de "fake news". Infelizmente, sabemos que a informação chega para poucos, e que a força das "fake news" conseguiu embaraçar e dificultar o trabalho dos profissionais de saúde. Dona Maria Quitéria, líder da Associação Mulheres Guerreiras Quilombolas do Povoado Sapé (povoado este, remanescente quilombo, terra não titulada, contou um pouco sobre como as mulheres desta comunidade conseguiram se manter, superar as dificuldades, e ainda gerar a economia local, através da culinária. A Associação Mulheres Guerreiras, produz receitas típicas, com mandiocas plantadas

no próprio quintal das mulheres da associação. Dona Maria Quitéria, ressalta que os desafios enfrentados pela pandemia foram muitos, mas as mulheres deste povoado e da associação conseguiram enfrentá-los, com força e resistência, as reuniões foram sendo realizadas através de grupos no “whatsapp”, e todas conseguiram se adaptar e produzir cada receita da sua casa. E que as vendas no momento da pandemia deram muito certo. Atualmente a associação possui 6 barracas na feira livres da Igreja Nova - Alagoas para vender seu produto.

Para demonstrar que as dificuldades enfrentadas pelas comunidades tradicionais no nordeste do país são um problema generalizado nas comunidades quilombolas do Brasil, que se intensificou no contexto da pandemia, foi realizado um levantamento da situação vivida pela comunidade do Quilombo Bom Jardim da Prata, localizado no município de São Francisco, Estado de Minas Gerais.

O território também se encontra ocupado por sítios e fazendas vinculadas a moradores da cidade de São Francisco e empresas de agronegócio sediadas em outras localidades. Assim, das 630 famílias no território, 411 são identificadas como quilombolas.

Em 23 de setembro de 2003 foi criada a Associação Quilombola de Bom Jardim da Prata, no processo de mobilização realizado pela associação, os membros tomaram conhecimento sobre os direitos quilombolas e inseriram-se no movimento social regional que tem o propósito de articular as representações de povos e comunidades tradicionais da região norte do Estado de Minas. A partir dessa mobilização, conseguiram a certificação pela Fundação Palmares e, com a certificação, começaram a buscar pela garantia dos benefícios previstos para as comunidades quilombolas e à regularização fundiária do território.

Esse processo de luta pela garantia dos direitos não foi dentro de um cenário pacífico, as tensões emergiram tanto entre alguns membros da comunidade, quanto com não quilombolas que vivem na região, ou tem suas propriedades no território.

Apesar das previsões legais e do esforço da comunidade, o acesso aos serviços públicos ainda está longe do necessário para a garantia da qualidade de vida dos quilombolas de Bom Jardim da Prata, nem todas as localidades têm acesso à energia elétrica, o abastecimento de água é individual, sendo que a captação é particular, através de bombeamento ou por gravidade, que é um depósito de água.

Quanto ao serviço público de saúde, acontece através do Programa de Saúde da Família, em que agentes de saúde realizam visitas regulares no quilombo e direcionam os membros da comunidade para atendimento nas cidades, quando a demanda de saúde é mais grave.

Com relação à pandemia do Covid-19, em conversa informal com um membro do quilombo, o mesmo contou que em abril de 2021, devido ao previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19, foram iniciadas as ações para vacinação dos quilombolas do quilombo Bom Jardim da Prata, contudo, o processo de imunização enfrentou diferentes obstáculos para que fosse garantido, ainda assim, o resultado ficou aquém do necessário.

O maior problema identificado pelos membros do quilombo de Bom Jardim da Prata no processo de vacinação foi à tentativa de não quilombolas que vivem no território serem vacinados, situação que impactou na vacinação dos quilombolas, devido ao número limitado de doses de vacina disponibilizado pelo governo. Ainda, sobre as dificuldades que a comunidade quilombola teve para acessar o direito a vacinação, observa-se que, em alguns casos, a vacinação não chegou a determinadas localidades, fazendo com que muitos precisassem se deslocar para outra cidade, más condições das estradas, falta de informações do governo sobre o plano de vacinação, e em muitos locais a falta de documentação ou a burocracia para comprovar que viviam ou que são remanescentes quilombolas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vivemos um momento singular, de adequações da convivência em todas as relações humanas. Momento em que as desigualdades sociais agravaram-se, já que o poder público não conseguiu atender a necessidade primária da população, a garantia à vida. Nesse cenário, as comunidades tradicionais, que já enfrentavam, recorrentemente, situações de crise, depararam-se com uma condição ainda mais precária, uma vez que viviam na invisibilidade do acesso às políticas públicas e, com o contexto da pandemia, as políticas públicas que já não iam até os territórios, também não tinham como ser buscadas pelos membros dessas comunidades.

Diante dessa realidade que os movimentos sociais mostraram-se, mais uma vez, indispensáveis na garantia de direitos básicos de uma população vulnerável que não conseguia ter voz. A Central Única de Favelas (CUFA), por exemplo, atuou em mais de quinhentas comunidades paulistas, repassando às famílias cestas básicas, itens de limpeza e ajuda financeira. Isso porque, conforme levantado pela CUFA, mais da metade dos moradores dessas comunidades vivem do trabalho informal e, o isolamento social imposto pela pandemia, impactou diretamente a renda dessas famílias. Apesar de estarem menos presentes nas ruas, devido às orientações de isolamento social por parte da Organização Mundial de Saúde - OMS, os

movimentos sociais conseguiram reconfigurar sua atuação e utilizaram a internet como ferramenta de disseminação das informações e propostas de ações.

A plataforma change.com tem sido uma dessas ferramentas utilizadas pelos movimentos sociais. Trata-se de uma plataforma que possibilita a criação de abaixo assinados, para que pessoas envolvidas em uma mesma causa possam se unir. Contudo, a internet não foi uma solução milagrosa para a impossibilidade de atuação presencial dos movimentos sociais. O chamado ativismo *on-line* encontrou muitos limites, o maior deles, a limitação de acesso às tecnologias pela população mais vulnerável. Por isso, o importante não é pensarmos em formas de nos adaptarmos à crise, mas sim, em formas de sairmos da crise, através de políticas sociais que alcancem de fato a população que necessita delas.

Seria prematuro dizer que temos as respostas para os limites identificados para a garantia do acesso às políticas públicas e atuação dos movimentos sociais na pandemia, isso porque ainda vivemos as limitações impostas por essa realidade, apesar de o cenário ser mais promissor do que no ano de 2020.

Todavia, esse artigo não teve a pretensão de dar respostas para os desafios identificados no contexto da pandemia, foi apenas uma provocação para pensarmos sobre a ausência do Estado, em especial, nos territórios que são ocupados por comunidades tradicionais e que a atuação dos movimentos sociais são a forma possível de garantir o acesso aos direitos básicos pelos membros dessas comunidades. Há a necessidade de construir condições sustentáveis de garantia de direitos, mesmo em momentos adversos, para as populações em condições vulneráveis.

#### 4. REFERÊNCIAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. São Paulo: Lua Nova, 2009.

ALONSO, A. O abolicionismo como movimento social. Revista Novos Estudos, 2014  
ARROYO, M. G. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais, 2003.

Biblioteca Nacional Digital Brasil. Movimentos Abolicionistas e Alforrias. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/trafico-de-escravos-no-brasil/movimentos-abolicionistas-e-alforrias/>. Acesso em 15/11/2021

BRASIL. Lei nº 7.688 de 22 de Agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7668.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm). Acesso em 15/11/2021.

CAETANO, B. Uma História oral do Movimento Negro Unificado por três de seus militantes, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores>. Acesso em 15 de novembro 2021

CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1996.

CONAQ, 2021. Retratos da situação da vacinação da Covid-19 nos quilombos. Disponível em: <http://conaq.org.br/vacinometro-quilombola-2a-edicao/>. Acesso do em 07 de dezembro 2021

Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. BRASIL.

Fundação Cultural Palmares. Informações Quilombolas. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=52126](https://www.palmares.gov.br/?page_id=52126). Acesso em 15/11/2021.

GARRETT, G. Brasil tem 389 mortes por covid-19 em 24h; total passa de 607 mil. Revista Exame, 2021. Disponível em: [Brasil tem 389 mortes por covid-19 em 24h; total passa de 607 mil | Exame](#). Acesso em 30/10/2021

GOHN, M. da G. - TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARADIGMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS, Edições Loyola, São Paulo: 1997.

KÄRNEN, H. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. IN: SCHERER WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MUTZENBERG, R. Movimentos sociais entre aderências, conflitos e antagonismos, 2009.

PONTES, N. Unicamp, 2020. Movimentos Sociais buscam resolver problemas nas comunidades e levam socorro na pandemia. Disponível em: [Movimentos sociais buscam resolver problemas nas comunidades e levam socorro na pandemia | Unicamp](#). Acesso em 12/12/2021.

Quilombolas no Brasil | Educa | Jovens - IBGE, 2021. Matérias especiais: Quilombolas no Brasil. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>. Acesso em 15/11/2021.

TELLES, V. da S - Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. IN: SCHERER WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

WARREN, I. S. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Editora Loyola. 5ª edição, abril de 2011.